



**Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após sanção do projeto de lei que cria escolas técnicas e agrotécnicas federais**

**Palácio do Planalto, 25 de outubro de 2007**

**Jornalista:** Presidente, vamos falar um pouquinho sobre a votação da CPMF?

**Presidente:** Deixe-me lhe falar uma coisa, a CPMF, no fundo, no fundo, é responsabilidade do Senado Federal. É um imposto que existe já há muito tempo, não foi criado no nosso governo. Todo mundo sabe que a União não pode prescindir de 40 bilhões de reais, até porque se nós quisermos fazer o PAC acontecer até 2010, se nós quisermos melhorar a Educação, se nós quisermos melhorar a Saúde, não tem como prescindir de 40 bilhões de reais. Eu estou convencido de que todos os governadores do Brasil são favoráveis, todos, eu duvido que tenha um governador que tenha contrariedade ao PAC, todos aqueles que estão pensando em ser presidente, a partir de 2010, querem que seja mantida a CPMF. Portanto, eu acho que é preciso a gente separar os que fazem discurso sério, que querem debater e que querem flexibilizar agora ou para o futuro, daqueles que querem fazer, eu diria, carnaval com a CPMF. Eu estou certo de que o Senado tem muita gente com muita responsabilidade e estou certo de que eles trabalharão para que isso passe, estou certo de que os governadores todos irão trabalhar para que passe. De forma que eu só espero que cada um cumpra com as suas obrigações e quem ganhe com isso seja a sociedade brasileira.

**Jornalista:** Os impostos em geral, não dá para serem reduzidos tão cedo, não é, Presidente?



**Presidente:** Veja, a sociedade brasileira tem noção de uma coisa. Nós já fizemos, nesses últimos três anos, uma desoneração equivalente a 36 bilhões e 900 milhões de reais. Na verdade, nós já desoneramos uma CPMF no nosso mandato. Na medida em que você vai arrecadando mais e na medida em que você vai percebendo que vai aumentando a base dos que pagam, vai tendo facilidade para diminuir os impostos. Em segundo lugar, nós estamos construindo, junto com os deputados, junto com os governadores, com os secretários da Fazenda de todos os estados, uma nova proposta de política tributária. Vocês estão lembrados que em abril de 2003, eu e 27 governadores fomos ao Congresso Nacional entregar uma proposta de reforma tributária. Ela não foi votada.

Agora, nós vamos entregar outra proposta de política tributária. Política tributária que todo mundo sonha, por que não é votada? É porque cada um tem a sua política tributária. Cada um. Cada setor econômico tem uma, cada governador tem uma, cada prefeito tem uma, cada deputado tem uma, cada senador tem uma, cada presidente tem uma. Quando, na verdade, o que nós estamos tentando construir é uma política tributária que não interesse nem a um estado, nem a um município, nem apenas à União, mas que interesse, sobretudo, ao povo brasileiro, que seja uma política tributária que faça justiça fiscal neste País, que possa diminuir a quantidade de impostos, que possa diminuir a burocracia. Mas, quando nós mandarmos a proposta para o Congresso Nacional, ela terá que ser votada. Se for votada, a gente pára de falar em carga tributária.

Uma outra coisa que eu acho muito esquisita é que eu, às vezes, vejo as pessoas falarem “ah, a carga tributária está muito alta”. Agora, essas mesmas pessoas não dizem quanto cresceu a arrecadação da sua empresa, porque é verdade que as pessoas estão vendo que o governo está arrecadando mais, mas é verdade que as empresas estão ganhando dinheiro como nunca ganharam na história deste País, e muito dinheiro. Tem muita gente ganhando



dinheiro, o que eu acho bom. É por isso que nós estamos fazendo as coisas corretas, que é para todo mundo ganhar dinheiro. Nós queremos melhorar a rentabilidade da empresa, queremos melhorar o faturamento da empresa, mas também queremos melhorar o salário. E quando tudo isso melhorar, a gente vai, concomitantemente, melhorando as políticas sociais para atender às camadas mais pobres da população, que não tiveram a chance que os setores médios e os mais ricos tiveram. O que nós queremos é construir um país mais justo e mais solidário, e isso precisa de arrecadação.

**Jornalista:** Vai ter dinheiro para a Saúde?

**Presidente:** Vai ter dinheiro para a Saúde. Tudo isso, nós estamos construindo sempre um programa em quatro anos. É plenamente possível, com um pouco de sacrifício, fazendo os ajustes que nós temos que fazer, você ter uma boa política de saúde, aumentando a arrecadação da Saúde, além daquilo que ela já arrecada hoje, regulamentando a Emenda 29 para que todos os governadores cumpram a Emenda. E nós precisamos definir corretamente o que está previsto na Emenda para a Saúde, ou seja, o que é investimento em saúde? Hoje nós temos governadores que gastam 4% apenas, ao invés de 12%, temos governadores que gastam 7%, temos governadores que gastam 8%, temos governadores que gastam 6%, e temos apenas sete governadores que gastam os 12% corretamente, alguns gastam até mais. O que nós queremos? Também criar as condições para que esses governadores possam cumprir a Emenda 29, ou seja, gastar os 12% que estão previstos na Emenda. E aí nós queremos construir, junto com os governadores, uma proposta que eu acho que já está mais ou menos alinhavada, não me perguntem números porque não vão ter, para que a gente dê ao Brasil os recursos necessários para que a gente possa melhorar a saúde brasileira. No mais, muito obrigado.



**Jornalista:** (inaudível: CPMF)

**Presidente:** A aprovação da CPMF depende dos senadores, depende dos votos daqueles que são da base do governo e daqueles que, sobretudo, acreditam seriamente que o País não pode prescindir desse imposto e que o Brasil precisa dele para fazer as coisas acontecerem.

**Jornalista:** (inaudível: CPMF)

**Presidente:** O limite, os senadores é que sabem. Você tem um prazo para trabalhar e eu estou convencido de que, além dos discursos, além das queixas, além das reclamações, no fundo, no fundo, as pessoas sabem que aprovar a CPMF será um bem para o Brasil.